

# **O equívoco da Súmula 62 do STJ: anotação falsa ou omissão de anotação em CTPS é crime de competência federal**

**Autor: Douglas Fischer**

Procurador Regional da República na  
4ª Região,  
Mestre em Instituições de Direito e do  
Estado pela PUCRS  
Publicado na Edição 24 - 02.07.2008

**Sumário:** Considerações iniciais. 1 Os precedentes e os fundamentos que originaram a Súmula 62 do STJ. 2 Critérios que temos como os corretos para a identificação da competência em razão da matéria a partir da tipificação penal. 3 Mais um elemento: o atual documento CTPS é impresso pela Casa da Moeda do Brasil. 4 Hodierno entendimento do STF sobre a falsificação e uso de documentos públicos emitidos por órgãos federais. 5 Decisão da 3ª Seção do STJ que, por argumento complementar, se apresenta como indicativo de mudança jurisprudencial a ensejar o cancelamento da Súmula nº 62. Conclusões.

## **Considerações iniciais**

O objeto do presente estudo está em tentar demonstrar, respeitosamente, o equívoco (desde a origem e, com muito mais razão, hodiernamente, por questões supervenientes abordadas em seu tempo) das conclusões jurisprudenciais que acabaram por consolidar o verbete da Súmula nº 62 do Superior Tribunal de Justiça, que tem o seguinte teor:

"Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada."

A anotação falsa na Carteira de Trabalho e Previdência Social, isoladamente vista, em princípio, se amolda ao tipo penal abstrato inserto no art. 299, CP (falsidade ideológica), que dispõe:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena — reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o

documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular."

A Lei nº 9.983/2000 inseriu os §§ 3º e 4º no artigo 297 do Código Penal, com o seguinte conteúdo, que, uma vez integralizados, devem incidir em detrimento do que disposto no art. 299, CP, pelo princípio da especialidade:

"(...) § 3º. Nas mesmas penas incorre quem **insere ou faz inserir:**

I — na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;

II — na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;

III — em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

§ 4º Nas mesmas penas incorre quem **omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome de segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.**" (destaque nosso)

Segundo nosso entendimento, a seguir desenvolvido, quando houver a inserção de dados ideologicamente falsos na CPTS ou mesmo a falsificação material (conduta não abarcada pelo comando sumulado, é verdade, mas que merece exame conjunto, porque a solução sistêmica é a mesma), tanto pela ótica do art. 299 ou pela (atual redação) do art. 297, §§ 3º e 4º, ambos do CP, a competência será federal porque a conduta preenche o comando normativo do inciso IV do art. 109 da Constituição Federal:

"Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

IV — os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral."

## **1 Os precedentes e os fundamentos que originaram a Súmula 62 do STJ**

Para a edição de súmula, o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça estabelece alguns requisitos (em princípio comuns aos dos demais regimentos internos de tribunais, adaptada à realidade da Corte Superior). Extrai-se do § 1º do art. 122 do RISTJ que "será objeto da súmula o julgamento tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram a Corte Especial ou cada uma das Seções, em incidente de uniformização de jurisprudência. Também poderão ser inscritos na súmula os enunciados correspondentes às decisões firmadas por unanimidade dos membros componentes da Corte Especial ou da Seção, em um caso, ou por maioria absoluta em pelo menos dois julgamentos concordantes."

No início da década de 90 do século passado, os precedentes que embasaram as conclusões estampadas na redação do verbete ora abordado são os seguintes:

"COMPETÊNCIA. CARTEIRA DE TRABALHO. ANOTAÇÕES FALSAS.

I — Inserir anotações falsas em Carteira de Trabalho e Previdência Social constitui ofensa a bem jurídico circunscrito à esfera do Direito Privado, não configurando crime de competência da Justiça Federal. Precedentes.

II — Conflito conhecido para declarar-se competente o Juízo Estadual." (CC nº 3228, STJ, Rel. Ministro Pedro Aciole, Terceira Seção, unânime, DJU 21.09.1992)

"PROCESSUAL PENAL. CARTEIRA PROFISSIONAL. FALSAS ANOTAÇÕES. COMPETÊNCIA CRIMINAL. Segundo a reiterada jurisprudência deste eg. Tribunal, cabe à Justiça comum Estadual processar e julgar os crimes de tal natureza." (CC nº 3341, STJ, Rel. Ministro José Dantas, Terceira Seção, unânime, DJU 31.08.1992)

"COMPETÊNCIA. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CARTEIRA DE TRABALHO. ANOTAÇÕES FALSAS QUANTO AO CONTRATO DE TRABALHO.

- Ausente afetação de patrimônio, interesse ou serviço da União Federal, compete o processamento à Justiça Estadual. Precedente do extinto T.F.R. e do STJ." (CC nº 1522, STJ, Rel. Ministro Edson Vidigal, Terceira Seção, por maioria, DJU 03.12.1990)

"PROCESSO PENAL. CARTEIRA PROFISSIONAL. FALSAS ANOTAÇÕES DE CONTRATO DE TRABALHO. COMPETÊNCIA.

- Falsas anotações de contrato de trabalho na CTPS não configura crime de competência da Justiça Federal.

- Conflito procedente." (CC 1092, STJ, Rel. Ministro Cid Flacher Scartezini, Terceira Seção, DJU 28.05.1990)

Analisemos o primeiro precedente citado, o último antes da edição da Súmula 62. Extrai-se do voto-condutor os seguintes fatos e fundamentos:

"O EXMO SR. MINISTRO PEDRO ACIOLI (RELATOR) — A apreciação dos autos levada a efeito pelo Ministério Público Federal e exposta no parecer é suficiente a elucidar o presente conflito. Adoto-a, pois, como razão de decidir, transcrevendo, no essencial — fls. 70-71:

'O Juízo Federal suscitante, acolhendo parecer do Ministério Público Federal, declinou de sua competência, fundamentando o parecer ministerial em que as anotações de contrato de trabalho feitas na CTPS são da lavra de particulares e não compõem intrinsecamente o documento em si e, a menos que venham a ofender (ou tentar) interesse de órgão público, se inserem no âmbito de particulares.

De fato, o que houve foram anotações falsas de contrato de trabalho, constando que o acusado havia trabalhado na firma [...] e que leva a concluir que a ofensa ao bem jurídico ficou na esfera particular, não configurando crime de competência da Justiça Federal, como aliás já decidiu essa E. Corte, verbis:

COMPETÊNCIA. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CARTEIRA DE TRABALHO. ANOTAÇÕES FALSAS QUANTO AO CONTRATO DE TRABALHO.

- Ausente afetação de patrimônio, interesse ou serviço da União Federal, compete o processamento à Justiça Estadual.

- Precedentes do extinto T.F.R. e do S.T.J.' (CC nQ 1522-SP. Rel. Min. Edson Vidigal, julgado em 20.11.90, DJ de 03.12.90).

Ante o exposto, manifesta o Ministério Público Federal pelo conhecimento do conflito, para que seja declarado competente o Juízo suscitado.'

Diante de todo o exposto, conheço do conflito para declarar competente o juízo estadual.

É como voto."

Restam bem claros os fundamentos adotados: porque a anotação (ideologicamente falsa) foi feita na CTPS, concluiu-se (na lítera) que "a ofensa ao bem jurídico ficou na esfera particular, não configurando crime de competência da Justiça Federal".

## 2 Critérios que temos como os corretos para a identificação da competência em razão da matéria a partir da tipificação penal

A tipificação do delito é fundamental para a fixação da competência em razão da matéria.**(1)** Se o delito atingir **diretamente** bens, serviços ou interesses da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas federais, a competência será federal. Conclusão em sentido oposto, sendo a ofensa no máximo **reflexa**, a competência será estadual (como delineado genericamente na súmula sob exame).

Tal como já declinado exordialmente, não nos restam dúvidas de que a falsa anotação na CTPS configura, em tese, delito de falsidade ideológica, inserto de modo abstrato no art. 297, §§ 3º e 4º (especial), ou no art. 299 (regra geral), ambos do Código Penal. Inclusive os arts. 49 e 50 do Decreto-Lei nº 5.452 (CLT), de 01.05.1943, já dispunham (no que interessa para a discussão):

"Art. 49 - Para os efeitos da emissão, substituição ou anotação de Carteiras de Trabalho e Previdência Social, considerar-se-á crime **de falsidade**, com as penalidades previstas no art. 299 do Código Penal: (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)

I - Fazer, no todo ou em parte, qualquer documento falso ou alterar o verdadeiro; (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967) [...]

III - Servir-se de documentos, por qualquer forma falsificados; (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)

IV - falsificar, fabricando ou alterando, ou vender, usar ou possuir Carteira de Trabalho e Previdência Social assim alteradas; (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)

V - Anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado, ou confessar ou declarar em juízo ou fora dêle, data de admissão em emprêgo diversa da verdadeira. (Incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.2.1967)

Art. 50 - Comprovando-se falsidade, quer nas declarações para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, quer nas respectivas anotações, o fato será levado ao conhecimento da autoridade que houver emitido a carteira, para fins de direito."

Parcamente realizada nos âmbitos doutrinário e jurisprudencial, sempre defendemos que a análise do bem jurídico protegido pela norma penal em que se enquadra a conduta criminosa é o elemento fundamental para a delimitação da competência em razão da **matéria**. É dizer, em se tratando de competência definida pela

**matéria**, partindo-se da definição de **quem teve o bem jurídico violado** pela norma abstrata em que enquadrada a conduta é que se definirá a competência.

O bem jurídico tutelado pelo tipo penal antes cogitado é a **fé pública**, tanto em relação a documentos particulares como aos públicos. Em se tratando de Carteira de Trabalho da Previdência Social, qualquer anotação ideologicamente falsa (também falsificação material, dissemos em complemento) em seu conteúdo configura ofensa **direta**, no mínimo, a serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas.

Talvez cingindo-se à reprodução até de forma acrítica do comando sumulado após sua edição, o entendimento jurisprudencial quase que majoritário não mais atentou que a CTPS (inclusive à época — melhor dizendo, desde 1969) era documento **emitido** pelas Delegacias Regionais do Trabalho (em razão de reestruturação havida recentemente as unidades descentralizadas passaram a ser denominadas de Superintendências Regionais do Trabalho**(2)** ), admitindo a lei, ainda, que, mediante convênio com as DRTs, a emissão pudesse ser feita por outros órgãos federais, estaduais ou municipais da administração direta e indireta (**art. 14, caput, CLT, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 926, de 10.10.1969**), bem como por sindicatos se inexistirem convênios com os órgãos indicados ou na inexistência deles (**parágrafo único do art. 14 da CLT, na redação dada pela Lei nº 5.686, de 03.08.1971**).

Enfatizando: a **emissão** do documento CTPS é de atribuição exclusiva, há muito, dos órgãos descentralizados integrantes do Ministério do Trabalho e Emprego.**(3)**

Nessa quadra de pensamento, qualquer anotação ideologicamente falsa que venha a ser inserida na CTPS ou até então qualquer falsificação que altere materialmente o documento serão atos criminosos que atentarão **primordialmente** (no mínimo) a interesses da **União Federal**, pois é a **sua fé pública** (bem jurídico tutelado pelos tipos penais em voga) que restou atingida **diretamente**. Atente-se que o art. 40, CLT, refere expressamente que as Carteiras de Trabalho e Previdência Social **regularmente emitidas e anotadas** (frise-se, na littera da lei: **regularmente emitidas e anotadas**) servirão de prova nos autos em que sejam exigidas carteiras de identidade (**portanto, têm equiparação para esses fins às Cédulas de Identificação Civil**) e especialmente: I — nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre a empresa e o empregado por motivo de salário, férias ou tempo de serviço; II — perante a Previdência Social, para o efeito de declaração de

dependentes; III — para cálculo de indenização por acidente do trabalho ou moléstia profissional.

Não se pode negar que eventuais anotações falsas por empregadores privados na CTPS — notadamente quanto ao tempo de trabalho, jornada, salários, etc. — podem repercutir na esfera privada do trabalhador. Normalmente repercutem. Não por outra razão a cotidiana constatação de serem julgadas procedentes milhares de ações trabalhistas reconhecendo vínculos e outros direitos diversamente daqueles anotados de forma objetiva nas CTPSs. Embora haja efetivamente uma irradiação de efeitos sobre interesses **privados**, tudo se dá de forma **secundária ou indireta** pela **ótica criminal**. Ao editar a Súmula nº 62, o E. STJ partiu de outra premissa, de que a ofensa primordial decorrente de falsificação se daria sobre bens ou interesses privados, e não públicos (do órgão responsável pela emissão do documento falsificado).

É aqui que reside a dissonância primaz, ponto no qual se encontram as premissas fundamentais para a solução do impasse. Nunca é demais recorrer a Chaïm Perelman<sup>(4)</sup>, para quem "os problemas específicos de lógica jurídica não surgem quando se trata de deduzir as conseqüências que resultam logicamente de um conjunto de premissas, mas quando se trata de estabelecer essas próprias premissas, dando às normas jurídicas seu alcance exato". No mesmo diapasão, Ricaséns Siches<sup>(5)</sup> salienta que "el verdadero meollo de la función judicial no radica ni remotamente en el silogismo que pueda formularse, sino que consiste en la elección de premisas, por parte del juez".

Em nosso entendimento, não há como ficar adstrito à análise única do interesse (no máximo, secundário, pela ótica criminal) do trabalhador privado que tenha sido eventualmente lesado pela anotação falsa na CTPS ou pela própria falsificação do documento. Insiste-se: **o bem jurídico que está em jogo em primeiro plano pelo prisma criminal é a fé pública do órgão responsável pela emissão do documento**. Tanto pela análise da tipificação genérica do art. 299 do CP, como pela atual redação dos §§ 3º e 4º do art. 297 do CP, que, a propósito, veio **reforçar** a argumentação ora trazida, pois este último tipo penal trata de **falsificação de documento público**.

Deste modo, qualquer violação havida ao bem jurídico nestas circunstâncias não poderá ser excluída do âmbito criminal da Justiça Federal porque se amolda, integralmente, ao que previsto no inciso IV do art. 109 da CF.

### **3 Mais um elemento: o atual documento CTPS é impresso pela Casa da Moeda do Brasil**

Não bastassem os fundamentos antes declinados, há um dado complementar a ratificar nossas conclusões. Atualmente, para a emissão de CTPSs (o documento é emitido pelos órgãos competente do Ministério do Trabalho e Educação ou então por outros agentes delegados, mas sempre no exercício de atividade federal), há um sistema informatizado, que foi implantado em 1997. Para solicitar a carteira de trabalho são necessários foto atualizada e documento de identidade que contenha todas as informações pessoais. **As páginas** que compõem o documento **são confeccionadas com papel da Casa da Moeda** e costuradas, dificultando o destaque. A numeração é perfurada em algumas folhas. A foto, a assinatura e a impressão digital são copiadas eletronicamente e, posteriormente, plastificadas.<sup>(6)</sup> Exatamente para evitar fraudes, tal como o passaporte, também a CTPS hoje é composta de papel impresso pela **Casa da Moeda do Brasil**, uma autarquia pública federal. Aliás, comparando-se os documentos (passaporte e CTPS), fácil constatar-se que a similitude é muito grande, tanto pelo papel que internamente os compõem, como pelo formato, capa e sinais de segurança (perfurações de páginas com o número do documento).

A falsificação de passaportes ou uso deles **sempre foi de competência federal**. Confira-se alguns precedentes jurisprudenciais:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. **FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (PASSAPORTE)**. COMPETÊNCIA DETERMINADA PELO LOCAL DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. PRECEDENTES DO STJ. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO SUSCITANTE.

1. Estando em apuração, no presente caso, não o crime de uso de passaporte falso (art. 304 do CPB), mas o de **falsificação de documento público (art. 297 do CPB)**, a competência não se estabelece pelo lugar da apresentação do documento, mas em razão **do local onde se efetuou a falsificação**.

2. Aplicável, in casu, o disposto no art. 70 do CPP, segundo o qual a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumou a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

3. Parecer do MPF pela competência do Juízo suscitado.

4. Conflito de competência conhecido para declarar a **competência do Juízo Federal** da 2ª Vara de Governador Valadares/MG, o



suscitante." (Conflito de Competência nº 90.084-MG, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia, 3ª Seção, unânime, julgado em 24.10.2007, publicado no DJ em 14.11.2007)

"CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TENTATIVA DE OBTENÇÃO DE VISTO NA EMBAIXADA NORTE-AMERICANA COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, EM TESE, IDEOLOGICAMENTE FALSOS. ESTELIONATO CONTRA PARTICULARES, COMETIDO EM CONEXÃO COM **FALSIDADE IDEOLÓGICA CONTRA A SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL**. SÚMULA Nº 122/STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL SUSCITANTE.

I. Hipótese que cuida da conexão entre possíveis crimes de estelionato — consistentes na conduta de pessoa que, munida de declaração falsa da ABAV, se dizendo representante de empresa de turismo, ilude particulares interessados em obter visto junto à Embaixada dos Estados Unidos da América — e de **falsidade ideológica — traduzidos na prestação de informações falsas à Superintendência da Polícia Federal, com o fim de obter a emissão de passaporte e a supressão, em tese, de carimbos de anterior indeferimento de vistos.**

II. Evidenciada, em princípio, **a falsidade ideológica cometida contra o Órgão da Polícia Federal responsável pela emissão de passaportes**, sobressai a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do feito.

III. Conexa, a conduta do art. 171 do Código Penal, esta terá julgamento unificado na Justiça Especializada, por força do entendimento da Súmula nº 122 desta Corte.

IV. Conflito conhecido para declarar a competência da Justiça Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, o Suscitante. (Conflito de Competência nº 38.186-DF, Relator Ministro Gilson Dipp, 3ª Seção, unânime, julgado em 08.10.2003, publicado no DJ em 03.11.2003)

"CRIMINAL. HC. COMPETÊNCIA. DETERMINAÇÃO, DO E. STF, DE EXAME DA ALEGAÇÃO ANTERIORMENTE NÃO-CONHECIDA POR ESTA CORTE. IMPROPRIEDADE DO ARGUMENTO. DOCUMENTOS FALSOS QUE ENVOLVEM O INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ALEGAÇÃO CONHECIDA. ORDEM DENEGADA. [...]

II. Se evidenciado que foram **apreendidos** com o paciente, cidadão italiano, vários documentos nacionais, **como passaporte**, certificado de alistamento militar e de dispensa de incorporação - **expedidos com nome fictício e reputados falsos pelas instâncias ordinárias, tem-se que tais documentos envolvem o interesse**

**da União, ensejando a competência da Justiça Federal para o processo e julgamento do feito. Precedentes da Seção. [...]"** (HC nº 14.433-RJ, Relator Ministro Gilson Dipp, 5ª Turma, unânime, julgado em 11.09.2001, publicado no DJ em 22.10.2001)

A razão era e é bastante evidente. Não só porque a emissão é de atribuição da Polícia Federal (a CTPS, das DRTs), como porque o documento (ideológica ou materialmente falsificado) é de confecção atribuída exclusivamente a uma autarquia pública federal (para ambos, passaporte e CTPS). O bem jurídico violado na falsificação de passaportes é a fé pública dos órgãos responsáveis por sua emissão e/ou confecção. Não há como ter outro raciocínio que não esse ao se tratar de falsificação de CTPS's, pois se tratam de hipóteses idênticas.

#### **4 Hodierno entendimento do STF sobre a falsificação e uso de documentos públicos emitidos por órgãos federais**

Na linha de algumas decisões existentes na jurisprudência pátria, poderia se argumentar ainda que há **precedentes** no sentido de que eventual documento falsificado, **se não for apresentado** perante órgãos públicos federais, não traduziria a competência federal. Respeitosamente, o equívoco incorre novamente na eleição das premissas.

Pelos mesmos motivos já elencados anteriormente, se o **documento for público**, a emissão for de atribuição de órgão federal e estiver diante de falsificação havida em relação a ele (ideológica ou materialmente), a competência será **sempre** federal(7), independentemente se utilizado ou não, e mesmo que se faça o uso perante órgão que não seja federal. Será competência da Justiça Federal porque, tanto no *falsum* quanto no uso (mesmo que o agente responda só por um delito), o **bem jurídico** tutelado é a **fé pública** do órgão responsável pela emissão do documento. Exatamente por isso que, hodiernamente, o Supremo Tribunal Federal tem assentado (a ementa é bastante elucidativa e corresponde ao que decidido):

"HABEAS CORPUS. **FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - E USO DO MESMO JUNTO A BANCO PRIVADO PARA RENOVAÇÃO DE FINANCIAMENTO. FALSIFICAÇÃO QUE, POR SI SÓ, CONFIGURA INFRAÇÃO PENAL PRATICADA CONTRA INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ORDEM CONCEDIDA.**

**A jurisprudência desta Corte, para fixar a competência em casos semelhantes, analisa a questão sob a perspectiva do sujeito passivo do delito.** Sendo o sujeito passivo o particular, conseqüentemente a competência será da Justiça Estadual.

Entretanto, **o particular só é vítima do crime de uso, mas não do crime de falsificação. De fato, o crime de falsum atinge a presunção de veracidade dos atos da Administração, sua fé pública e sua credibilidade.**

Deste modo, **a falsificação de documento público praticada no caso atinge interesse da União**, o que conduz à aplicação do art. 109, IV, da Constituição da República.

Ordem concedida para **fixar a competência da Justiça Federal** para processamento e julgamento do feito." (HC nº 85.773-6-SP, Relator Ministro Joaquim Barbosa, 2ª Turma, unânime, julgado em 17.10.2006, publicado no DJ em 27.04.2007) — grifos e destaques nossos

### **5 Decisão da 3ª Seção do STJ que, por argumento complementar, se apresenta como indicativo de mudança jurisprudencial a ensejar o cancelamento da Súmula nº 62**

No julgamento do Conflito de Competência nº 58.443, em fevereiro do corrente ano de 2008, a Egrégia 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça decidiu que compete à Justiça Federal julgar ação criminal em detrimento de empregador que, em decorrência de ausência de anotações na CTPS, não assegura direitos trabalhistas ao empregado.

No caso, tinha-se discussão em inquérito policial instaurado para apurar suposto crime de frustração de direitos trabalhistas, nos termos do art. 203, CP, cometido pelo empregador que não assinava as CTPSs de seus empregados. A instauração da investigação se dera no âmbito federal, mas o juízo federal, acolhendo parecer do Ministério Público Federal, entendeu que não havia competência federal, porque o delito teria como sujeito passivo empregado determinado e não a organização geral do trabalho ou coletividade dos trabalhadores (ressalte-se, portanto, que a discussão não estava no âmbito do inciso IV, mas sim do inciso VI, primeira parte, do art. 109 da CF). Ao receber os autos, o Juízo Estadual suscitou o conflito negativo perante a Corte Superior (art. 105, I, d, CF), ao argumento de que a **omissão** de dados na carteira de trabalho é um atentado contra o interesse da Previdência Social na fiscalização e arrecadação das contribuições que são devidas aos empregados, defluindo, como consequência, a competência da Justiça Federal. Enfatizamos nós: não só a **inserção** (ato comissivo), como também a **omissão** em documento público com fim (genérico, sem as especificidades adiante já enumeradas e introduzidas nos incisos do § 3º) de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante configura o delito de falsidade ideológica em documento público (tipificação especial) equiparado à falsificação de documento

público inserto nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal. Confira-se a ementa do julgado:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL. ART. 297, § 4º, DO CÓDIGO PENAL. OMISSÃO DE LANÇAMENTO DE REGISTRO. CARTEIRAS DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. INTERESSE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. JUSTIÇA FEDERAL.

1. O agente que **omite dados na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atentando contra interesse da Autarquia Previdenciária, estará incurso nas mesmas sanções do crime de falsificação de documento público, nos termos do § 4º do art. 297 do Código Penal**, sendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o delito, consoante o art. 109, inciso IV, da Constituição Federal.

2. Competência da Justiça Federal." (CC nº 58.443-MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, 3ª Seção, unânime, julgado em 27.02.2008, publicado no DJ em 26.03.2008)

Do voto da relatora, extraem-se os seguintes argumentos, que merecem destaque para a pretensão ora desenvolvida:

"[...] A questão em análise é definir a competência para processar e julgar empregador que não realiza as devidas anotações nas Carteiras de Trabalho e de Previdência Social — CTPS de seus empregados.

De início, cabe esclarecer que a CTPS foi instituída pelo Decreto nº 21.175/1932 e regulamentada pelo Decreto nº 22.035/1932, sendo o documento considerado obrigatório para todo trabalhador. **A CTPS é o único comprovante da vida funcional do empregado, que irá garantir os direitos trabalhistas, os benefícios previdenciários e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.**

Em regra, o empregado que trabalha com carteira assinada está automaticamente filiado à Previdência Social, distinguindo-se dos autônomos e dos prestadores de serviços temporários, que podem se inscrever e pagar como contribuintes individuais. Cumpre esclarecer que **a Previdência Social é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.**

Nos termos do art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho e art. 201 da Constituição Federal, cabe ao empregador, ao contratar um empregado, realizar as anotações e contribuir para a Previdência Social, garantindo às pessoas por ele contratadas os direitos trabalhistas e previdenciários.

Dessa forma, a conduta de quem omite dados na CTPS se subsume ao art. 297, § 4º, do Código Penal, transcrito a seguir:

[...]

Como se vê, **o empregador que deixa de registrar a Carteira de Trabalho e Previdência Social estará incurso nas mesmas sanções do crime de falsificação de documento público.**

Cabe ressaltar que o § 4º do art. 297 do Código Penal foi acrescentado pela Lei nº 9.983/2000, que também acrescentou outros crimes contra a Previdência Social (delito de apropriação indébita previdenciária e o crime de sonegação previdenciária), como bem explica Fabbrini Mirabete, no seguinte excerto:

'Também pela Lei nº 9.983, de 14.07.2000, foi acrescentado o § 4º ao art. 297, para incriminar a conduta de quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, sujeitando o agente às mesmas penas das falsidades anteriores. **Trata-se, também, de falsidade ideológica por omissão, que tem como objeto material folha de pagamento, documento de informações para fazer prova perante a previdência social, Carteira de Trabalho e Previdência Social,** documento que deva produzir efeito perante a previdência social, documento contábil ou qualquer outro relacionado com as obrigações e direitos da empresa perante a previdência social.' (in Código Penal Comentado, 3. ed., Atlas, p. 1918)

Verifica-se, de plano, que **o principal sujeito passivo do delito é o Estado, representado pela Previdência Social e, em segundo lugar, a vítima,** que deixa de possuir as benesses do registro de sua CTPS.

Dessa forma, **existindo interesse da Previdência Social, que integra diretamente a Seguridade Social prevista no art. 194 da Constituição Federal, evidencia-se a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal.**

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito e DECLARO competente Juízo Federal da 9ª Vara Criminal da Seção Judiciária de Minas Gerais, ora suscitado."

Não por outro motivo que também, recentemente, decidiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ser de competência federal a omissão de anotação de contrato de trabalho na CTPS, embora só o fazendo

pelo prisma da redação do § 4º do art. 297 do CP (na redação da Lei 9.983/2000):

"HABEAS CORPUS. OMISSÃO DE ANOTAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO EM CTPS. ART. 297, § 4º, DO CÓDIGO PENAL. INTERESSE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL.

O **agente que omite dados na Carteira de Trabalho e Previdência Social**, atentando contra interesse da autarquia Previdenciária, estará incurso nas mesmas sanções do crime de falsificação de documento público, nos termos do § 4º do art. 297 do Código Penal, sendo a **competência da Justiça Federal** para processar e julgar o delito, consoante o art. 109, inciso IV, da Constituição Federal (CC 58.443/MG)." (HC nº 2008.04.00.006973-4/PR, Relator Desembargador Federal Tadaaqui Hirose, 7ª Turma, unânime, julgado em 08.04.2008, publicado no Diário Eletrônico em 16.04.2008).

## Conclusões

Diante de todo o exposto, conclui-se que:

**a)** a fé pública da União Federal é o bem jurídico protegido nos delitos de falsidade ideológica (também da falsidade material) incidente sobre documento público (art. 299, CP) ou de falsidade ideológica específica equiparada de documento público (art. 297, §§ 3º e 4º, CP), pouco importando se utilizado perante terceiros ou não, particulares ou públicos;

**b)** assim, tanto pelo prisma da tipificação do art. 299, CP, como daquela inserta nos §§ 3º e 4º do art. 297 do CP (Lei 9.983/2000), a falsificação (ideológica ou material) de CTPS importa em lesão **direta** pelo menos a interesses e serviços da União Federal;

**c)** em consequência, o conteúdo da Súmula nº 62 do STJ, respeitosamente, apresenta-se equivocado desde sua origem, devendo ser objeto de revogação, em nosso entendimento.

## Notas

1. Que não deverá prevalecer somente diante de hipótese do **chamado foro por prerrogativa de função**, no qual não se discute a esfera que foi infringida para a fixação da competência. Exceções à regra-excepcional supramencionada encontram-se quando se estiver diante de delitos praticados por Prefeitos (**Súmula nº 702 STF - A competência do Tribunal de Justiça para julgar Prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum**

**estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau),** cujo raciocínio, por simetria, também é adotado para delitos praticados por Deputados Estaduais.

2. De acordo com a redação dada pelo **Decreto nº 6.341/2008** ao art. 2º, III, do Decreto nº 5.063, de 03.05.2004, o Ministério do Trabalho e Emprego tem estrutura organizacional composta, dentre outras, pelas unidades descentralizadas, **denominadas atualmente de Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, e não mais Delegacias Regionais do Trabalho.** As atribuições (competências) das Superintendências Regionais são aquelas insertas no art. 14 da Lei nº 4.589/94 (que criou órgãos do Ministério do Trabalho e Previdência Social). Dispõe a regra que a elas compete, dentre outras, "no território de sua jurisdição, além das atribuições decorrentes da legislação em vigor ainda as seguintes: I - quanto aos assuntos referentes ao Departamento Nacional de Emprego e Salário: a) realizar a identificação e o registro profissional no âmbito de sua Jurisdição".

3. [http://www.mte.gov.br/institucional/estr\\_default.asp](http://www.mte.gov.br/institucional/estr_default.asp). Acesso em 27 de abril de 2008.

4. PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 496.

5. RECASÉNS SICHES, Luis. **Nueva Filosofía de la interpretación del Derecho**. 2 ed. México: Porrúa, 1973. p. 237.

6. <http://www.notadez.com.br/content/noticias.asp?id=30686>. Acesso em 27 de abril de 2008.

7. Ressalvadas, sempre, as hipóteses em que trouxerem em seu bojo prerrogativa de foro do agente criminoso.